

MARCUSE CRÍTICO DE WEBER

A política no capitalismo tardio*

Caio Eduardo Teixeira Vasconcellos

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas – SP, Brasil. E-mail: caiovascon@hotmail.com.

DOI: 10.590/339704/2018

Introdução

A complexa relação dos autores da primeira geração da *teoria crítica* com a sociologia de Max Weber é apontada por muitos dos seus principais comentaristas como um elemento central para se compreender mudanças internas no pensamento dos frankfurtianos. Segundo a matriz de análise bastante influente, a maior aproximação com certos conceitos e temáticas weberianas que se verificaria sobretudo a partir de meados da década de 1940 demarca uma inflexão nos trabalhos de Max Horkheimer, Theodor Adorno e Herbert Marcuse.¹ Enquanto a fase

do materialismo interdisciplinar se notabilizara por um adensado revigoramento do marxismo, aliando uma nova interpretação das bases sociohistóricas do capitalismo pós-liberal com as perspectivas de sua superação revolucionária, o movimento em direção a Weber seria coetâneo a uma visão mais pessimista quanto ao destino da civilização ocidental. Descrevendo a modernidade tardia como uma espécie de arranjo unidimensional, no qual já não haveria espaço para mais nenhuma contradição estrutural objetiva e onde as possibilidades concretas de emergência de uma nova configuração social se reduziam progressivamente, o período de crítica à razão instrumental se descolaria da própria dinâmica histórica das sociedades modernas no pós-guerras e se enveredava em aporias teórico-conceituais imanentes (Benhabib, 1996, p. 81).

Todavia, em que pese a relevância de tais leituras, o propósito deste artigo é sugerir uma interpretação distinta. Para tanto, gostaria de me concen-

* A pesquisa de doutorado que forneceu subsídios para a elaboração deste artigo foi financiada pela Fapesp. Agradeço à Rafaela Pannain pela leitura e sugestões ao texto.

trar nas críticas de Marcuse à sociologia weberiana presentes em “Industrialização e capitalismo na obra de Max Weber”.² Conquanto apontasse inúmeros desencontros entre a configuração sociohistórica das “sociedades industriais avançadas”³ e os diagnósticos de Weber, o frankfurtiano procura articular suas considerações a respeito dessas fissuras e inadequação a uma denodada reflexão sobre a modernidade tardia.

Para Marcuse, é certo que o novo metabolismo socioeconômico colocava em síncope o antigo elo apontado por Weber entre a condução da economia a cargo da iniciativa privada individual e o ascetismo intramundano como orientador e código de conduta ética. Porém, de outro lado, o espeço alinhavo entre a moderna democracia de massas, a ampliação de um tipo de dominação burocrática e sua relação de dependência com a ascensão de figuras de lideranças carismáticas confeririam uma estranha contemporaneidade ao sociólogo de Heidelberg. Quando lidas a contrapelo, as antinomias pelas quais o pensamento weberiano se enredava revelariam o caráter contraditório e enviesado da modernidade ocidental em seu decurso tardio. Se os valores e o modo de vida da burguesia nascente não mais constituem uma força econômica progressista (Marcuse, 1998, p. 118), as fissuras em certos conceitos da sociologia de Weber antecipam o momento no qual a *ratio* se desnuda na efetividade social como uma nova racionalidade de dominação.

Assim, após uma reconstrução das críticas de Marcuse ao conceito weberiano de razão, vou me centrar nas considerações do frankfurtiano sobre as categorias de dominação burocrática e de liderança carismática. A dinâmica interna e a retorcida imbricação entre esses conceitos prenunciariam, conforme as interpretações de Marcuse, a ascensão de um novo padrão de dominação social e política peculiar às sociedades industriais avançadas. Ao acompanhar de maneira imanente o movimento da sociologia weberiana, o frankfurtiano afirma ser possível compreender a irracionalidade subjacente às sociedades modernas. A teoria social de Weber pode ser interpretada, portanto, como uma denúncia rigorosa daquilo que foi feito com os homens e com as coisas, revelando, nesse sentido, aspectos das contradições

e dos antagonismos objetivos que estruturam a modernidade tardia.

Assim, no desenvolvimento da racionalidade capitalista a irracionalidade se torna razão: razão enquanto desenvolvimento frenético das forças produtivas, conquista da natureza e ampliação da riqueza de mercadorias (e do acesso a elas mesmas para camadas mais amplas da população); mas irracional porque a produtividade superior, a dominação da natureza e a riqueza social se tornam forças destrutivas, destrutivas não só no sentido figurado, na liquidação dos chamados valores superiores, mas em sentido literal: a luta pela existência se aguça tanto no plano interno dos Estados nacionais como no plano internacional, e a agressão represada se descarrega na legitimação de crueldades medievais (a tortura) e no genocídio promovido cientificamente. Houve uma previsão desse desenvolvimento por parte de Max Weber? A resposta é: não, na medida em que se acentua a “visão”. Contudo ela se encontra implícita em sua formação conceitual, e de modo tão profundo que aparece como inevitável, como definitivo e por isso aparece novamente como racional (no mau sentido) (*Idem*, p. 119).

O “espírito coagulado” e suas cicatrizes

Os nexos entre os conceitos de capitalismo moderno, de racionalidade e de dominação constituiriam, segundo Marcuse, o cerne do pensamento weberiano. A imbricação desses termos se corporificaria de modo mais claro e preciso com a instituição de um amplo e complexo aparato de dominação, estruturado por uma organização universal de funcionários tecnicamente especializados – a moderna burocracia. Todavia, esse binômio entre racionalidade e dominação se constituiu em meio a um conjunto variado de práticas e instituições sociais e, por conta disso, deixa-se vislumbrar em todo o sistema da cultura material e intelectual das sociedades modernas.

Pouco a pouco, mas incisivamente, a razão ocidental avança sobre todos os domínios da vida social. A forte coação exercida pelo espírito do capitalismo e por seu desencantado ascetismo intramundano sobre as inúmeras formas de atividade e de comportamento social, a pressão pela matema-

tização progressiva do conhecimento e dos saberes e pela obrigatoriedade de fornecer à ciência provas e experimentos racionais, os critérios administrativos e os paradigmas operacionais vigentes na produção material de mercadorias e, sobretudo, a rigorosa disciplina atuante no interior das fábricas compõem os principais aspectos do que seria, segundo Marcuse, a transição de uma *razão teórica* específica ao Ocidente para a *razão prática* peculiar à configuração histórica da modernidade capitalista.

Essa racionalidade, no entanto, não advém imediatamente da objetividade das coisas – é uma lei da sociedade e não da física. Ela é uma espécie de disposição subjetiva calcada em determinada formação social que age como dominação metódica, científica e racional sobre os sujeitos modernos, sobre as sociedades e sobre a natureza. Nos momentos em que Weber foi capaz de produzir uma autocrítica aos pressupostos materiais e teóricos das sociedades modernas e ao próprio conjunto de seu pensamento, a sua sociologia mostrou-se apta a fomentar um discurso radical que denuncia a *ratio* em seus termos imanentes. Formada a partir das condições sociais, políticas e econômicas no final da Idade Média, cujo espírito se desenvolveu por meio de uma racionalidade formal imposta ao comportamento psicológico e econômico dos pregadores do processo capitalista (*Idem*, p. 130), essa civilização acaba também por abstrair, de maneira generalizada e impiedosa, o próprio homem e suas necessidades.

O radical processo de abstração da *ratio* por meio do qual Weber procurou, acertadamente, compreender as sociedades modernas parece querer se dissociar completamente de sua matéria social. Segundo Marcuse:

Como funcionalização universal (tal como se expressa economicamente no valor de troca) ela se torna pressuposto de eficiência calculável – eficiência universal, na medida em que a funcionalização possibilita domínio sobre todas as particularidades (reduzidas a quantidades e valores de troca). A razão abstrata se torna concreta no domínio calculável e calculado sobre a natureza e sobre os homens. Assim a razão focalizada por Max Weber se revela como razão

técnica: produção e transformação de material (humano e de coisas) por meio do aparato construído metódica e cientificamente com vistas à eficiência calculável, cuja racionalidade organiza e controla coisas e homens, fábricas e burocracia de funcionários, trabalho e tempo livre (*Idem*, p. 117).

Porém, a questão que mais interessa a Marcuse é o caráter problemático inerente a esses conceitos. Pois, longe de indicar o período no qual o capitalismo se torna triunfante e se reproduz sem mais rodeios, no qual a dominação é internalizada placidamente e corresponde às verdadeiras necessidades e anseios humanos, ou ainda, em que a razão conduz os homens e os rumos das sociedades, o que se vê é o seu contrário nas sociedades industriais avançadas. O ascetismo intramundano despido de seu fundamento econômico, as antinomias imanentes ao conceito de razão ocidental e a irracionalidade de uma formação socioeconômica cujo objetivo principal é garantir as condições para a acumulação ampliada de capital fazem da “rija crosta de aço” algo mais esquivo e errático.

A interpretação crítica da sociologia weberiana, portanto, possibilitaria compreender que a *ratio* transfigurou-se com sua plena efetivação e o resultante claro que cintila de maneira ofuscante é o prelúdio de uma renovada escuridão. Malgrado as alterações substantivas nas condições básicas presentes na emergência e consolidação do capitalismo moderno e em seu decurso tardio, Marcuse encontra na tessitura interna dos conceitos da sociologia de Weber a expressão de certos vieses que contribuiriam para efetivar tais desdobramentos.

É certo que, diante da desmesura do movimento dos capitais no capitalismo avançado, o *Homo economicus* weberiano parece ser alguém que se equivoca em seus cálculos cotidianos e se mostra indeciso sobre o destino de suas aplicações financeiras. Não obstante, as agruras do desenlace posterior já estariam contidas em aspectos não problematizados que rondam a antessala de seu pensamento – o denso nevoeiro no qual o seu conceito de *ratio* está envolto.

Assim, o método weberiano de definições formais, a construção de um saber pretensamente desprovido de valores, suas classificações e suas ti-

pologias abstratas cristalizariam não apenas a época na qual a qualidade se reduz à quantidade. Tal postura intelectual de abstrair os conceitos e as categorias das ciências sociais de seu material histórico e de aspirar pela produção de um saber axiológicamente neutro caracteriza também os limites internos desse tipo específico de racionalidade, que incorpora de maneira acrítica o conteúdo social que dá origem a esta forma de abstração objetiva.

De acordo com o frankfurtiano, aquilo que a dialética materialista concebe como o primeiro ato histórico – isto é, a produção dos meios para a satisfação das necessidades humanas – seria hipostasiado e apreendido como uma razão necessária por Weber. Embora houvesse esforços reiterados em seu pensamento de diferenciar a racionalização formal do Ocidente de tipos distintos de racionalidade material pertencentes a outras formações sociais, cujo sustento econômico dos seus membros se derivaria de postulados ético-normativos, os conceitos weberianos também estariam internamente vinculados às condições materiais e ideias de reprodução capitalista da riqueza coletiva e de suas desigualdades. Mais do que simples descuido subjetivo, essa parcialidade brotaria da natureza da vida social moderna.

O conceito weberiano de razão até agora foi definido de modo “formal”: como a abstração quantificadora, abstração de todas as particularidades, a abstração que possibilita a eficiência universalmente calculável do aparato capitalista. Mas agora se apresentam os limites da razão formal: nem o para que da construção científico-técnica, nem a matéria da construção (seus sujeitos e objetos) podem ser deduzidos a partir do conceito de razão; rompem de antemão o conceito formal “axiológicamente neutro” da *ratio*. Na racionalidade capitalista, tal como Max Weber a analisa, esses elementos previamente dados à razão, que a limitam materialmente, aparecem em dois fatos históricos:

1) o sustento dos homens – o objetivo da prática econômica – ocorre no plano das chances calculadas de ganho da economia privada, isto é, no âmbito do lucro do empresário individual e das empresas individuais;

2) portanto a existência dos homens a serem sustentados é dependente das chances de ganho da empresa capitalista – uma dependência que adquire corpo de modo extremo no trabalho “livre” existente à disposição do empresário (*Idem*, p. 117).

Para Marcuse tudo se passa como se o conceito weberiano de razão ocidental, apesar de a conceber como algo etéreo, trouxesse reiteradamente as marcas de suas origens e de seus alicerces. O mais grave, no entanto, é que sua procedência continua a lhe impingir travas e barreiras. Tal qual a dependência da economia às razões e aos motivos de autoconservação do Estado alemão que Weber teria hipostasiado em sua aula inaugural na Universidade de Freiburg,⁴ a concepção weberiana de ciência também se liga a determinados valores substantivos. Se diante dos desafios históricos da Alemanha pós-Bismarck as políticas econômicas deveriam ser concebidas a partir da expectativa de preservação da unidade nacional, a exigência de imparcialidade que recai sobre o ideal de ciência weberiano traz em seu bojo a esperança na perenidade das estruturas de pensamento modernas e da base da produção material do capitalismo liberal.

A sua teoria da neutralidade axiológica, que ambiciona uma ciência livre a fim de submetê-la à influência de valores externos, mantém-se atrelada a condicionamentos filosóficos, histórico-sociológicos e políticos burgueses (*Idem*, p. 114). Com isso, a ebulição crítica do pensamento é arrefecida e a ciência tende a se conformar à sua especialização sem precedentes e com uma crescente impotência em sua capacidade de recusa e de rebeldia ante ao existente.

Se já o Discurso de posse subordinada de maneira provocativa a ciência da economia à política, à luz da obra conjunta de Weber esse tour de force se revela como sendo a lógica interna de seu método: a ciência de vocês deve permanecer “pura”, só assim vocês poderão permanecer fiéis à verdade. Mas essa verdade obriga vocês a aceitar o que a partir “do exterior” determina os objetos da ciência de vocês; sobre isso vocês não têm nenhum poder. A neutralidade axiológica de vocês é tão necessá-

ria quanto ilusória: a neutralidade só é efetivamente real quando provida do poder de evitar interferências; quando não, ela se torna vítima e auxiliar de todo poder que pretende utilizar (*Idem*, p. 125).

A *ratio* passa, então, a ser pensada como pura técnica, como aquilo que supõe estar sob influxo de reações mecânicas de um gélido corpo exangue. Não obstante, se acerta sobre sua temperatura, ela é incapaz de se desvincular de sua vocação política; não consegue se afastar de sua natureza de ser um meio para um mesmo fim, qual seja, a dominação dos homens e da natureza. A base material que lhe dá origem e seus objetivos – que, na sociologia weberiana, permanecem igualmente anteriores a qualquer juízo crítico – selam o destino da *ratio* e conformam o conjunto da sociedade segundo seus caprichos. Por tais meandros, erige-se uma figura inédita de domínio social e político. Comandados por aquilo que se apresenta como necrose, os sujeitos modernos, as instituições sociais e a vida cultural e política são submetidos a critérios tais como os de eficiência maximizada, de férrea disciplina, de precisão e de calculabilidade.

Em vez de iniciar uma etapa superior de civilização, essa maneira hodierna de administrar os homens e as coisas repisa velhos chavões em uma gramática aparentemente neutra. As antigas práticas e instituições abertamente violentas de domínio e de controle social são substituídas por formas racionalizadas e reificadas de comando; se o seu modo de atuação é menos hostil, o seu caráter permanece enviesado. A vida social continua a ser organizada a partir de critérios outros que não a satisfação plena e concreta das verdadeiras necessidades humanas.

A administração científico-especializada do aparelho como dominação racional-formal: eis a reificação (*Verdinglichung*) da razão – reificação como razão –, apoteose da reificação. Mas a apoteose se converte em sua negação, precisa se tornar sua negação. Pois o aparelho que impõe sua própria administração objetiva constitui ele próprio um instrumento, um meio – e não existe um meio “em si”. Por mais produtivo, reificado que seja um aparelho, trata-se de

um meio para um fim fora dele. No que concerne ao aparelho econômico do capitalismo: não basta focalizar a satisfação das necessidades como sendo esse fim. O conceito é demasiado geral, demasiado abstrato no mau sentido. Pois, como o próprio Max Weber constatou, a satisfação das necessidades é muito mais um produto lateral, de acompanhamento, do que um fim do agir econômico capitalista – um produto de acompanhamento subordinado ao lucro (*Idem*, p. 126).

Haveria, por outro lado, uma miríade de possibilidades utópicas que as sociedades modernas frustram, à qual a sociologia weberiana faz vistas grossas. A pretensa formalidade da razão ocidental e a imparcialidade e naturalidade pela qual as suas instituições e práticas sociais aparecem em sua imediatividade são construções históricas e, como tais, suscetíveis a toda sorte de transformações e rupturas – sobretudo as revolucionárias. Além de travada por condicionamentos políticos e sociais, a razão ocidental se assenta em regressões intelectuais e práticas sociais injustas. Embora, ao mesmo tempo, ela também crie as condições para outro patamar de civilização e de cultura, a *ratio* moderna incorpora em si um projeto de dominação política sobre a natureza e sobre os homens que visa promover o seu fim último – a conservação do *status quo* e a reprodução ampliada do capital.

A moderna opressão capitalista, portanto, só pode ser superada mediante a supressão profunda e radical de suas formas de sociabilidade e de sua organização da produção material de mercadorias. Somente assim a humanidade deixa de ser um apêndice da máquina e mostra-se capaz de conduzir verdadeiramente a vida social conforme critérios substantivos de racionalidade.

Enquanto a razão política, a razão técnica é histórica. Se a separação dos meios de produção é necessidade técnica, a servidão por ela organizada não o é. Com base em suas próprias conquistas – a mecanização produtiva e calculável –, esta separação adquire a possibilidade de uma racionalidade qualitativamente diferente, em que a separação dos meios de produção se

converte em separação dos homens do próprio trabalho socialmente necessário mas que o destrói. No estágio da produção automática administrada pelos homens assim libertados, as finalidades formal e material já não seriam necessariamente “antinômicas” – e nem a razão formal se imporia “indiferentemente” por entre e por cima dos homens. Pois enquanto “espírito coagulado” a máquina não é neutra; a razão técnica é a razão social em cada caso dominante; ela pode ser transformada em sua própria estrutura. Enquanto razão técnica ela só pode ser convertida em técnica da libertação (*Idem*, pp. 133-134).

Eivada de propósitos particulares, o tipo especial de razão que justifica as volições de Weber a respeito da neutralidade no conhecimento das ciências sociais manteria suas análises presas a valores burgueses, revelando sua inegável determinação e orientação política (Gandesh, 2004, p. 191).

Na esfera da política, contudo, os vieses e as condicionantes da *ratio* são de outro tipo. O problema não seria mais a base material das sociedades modernas que, concebida como uma privação de ordem técnica, escamoteia a natureza de classe e a historicidade da civilização e da razão ocidentais. Apesar de se correlacionar internamente a esses fundamentos, o fenômeno perturbador da ordem é o fato de a dominação burocrática perder reiteradamente o seu chão e não conseguir cumprir os seus propósitos e nem respeitar os seus princípios. Por força imanente do tipo de racionalidade que lhe é subjacente, a dominação burocrática tende a se subordinar a um centro de poder alheio. Em termos mais concretos, trata-se da perigosa associação entre a estrutura forte, racional e pesada – isto é, autoritária – de um aparato estatal com a sedutora figura de líder carismático e a de sua reprodução nas democracias de massas do Pós-Guerra.

O capitalismo moderno e sua política

Essas ranhuras na racionalidade ocidental apareceriam de forma inquietante na trama dos conceitos weberianos destinados a compreender a política moderna. Além romper qualquer ocultação

ideológica ao revelar o caráter ilusório pertencente à moderna democracia de massas, sobretudo em sua falsa igualização e assimilação dos contrastes entre as classes sociais, eles revelariam um segredo ainda mais recôndito das sociedades capitalistas. De acordo com Marcuse, tanto nos acontecimentos políticos referentes à Alemanha pós-Bismarck quanto nos relativos ao destino do Ocidente, a interpretação weberiana se colocaria diante de antinomias características não apenas de um tipo ainda ascendente de dominação social e política.

Segundo a definição weberiana, a moderna burocracia deveria se portar conforme princípios de calculabilidade, de previsibilidade e de disciplina. Porém, aquilo que se anuncia como governo do aparato burocrático e dos seus funcionários especializados não consegue cumprir o seu próprio conceito. Em que pese o funcionamento normal e esperado de suas regras e de seus procedimentos formais, nota-se um recorrente apelo a modos distintos de organização da esfera política, e a administração plenamente racionalizada lança mão de estratégias irracionais para se perpetuar.

Mas, quando a administração burocrática em toda a sua racionalidade permanece meio e, portanto, dependente, então, enquanto racionalidade, ela tem seu próprio limite: a burocracia se subordina a um poder extra-burocrático e superior à burocracia – a um poder “alheio à empresa produtiva”. E se a racionalidade se concretiza na administração e somente nela, então o poder legislador precisa ser irracional. O conceito weberiano de razão termina no carisma irracional (Marcuse, 1998, pp. 126-127).

O sintoma da descontinuidade e da opacidade inerentes à esfera política surgiria nos primeiros escritos de Weber. Para Marcuse, a sua sociologia estaria, desde o seu início, impregnada por uma turva concepção que enxerga somente na política imperialista a condição para a pacificação possível – se é que esse termo se emprega – no interior das nações. Embora já advogasse a favor da neutralidade axiológica da sociologia, o seu pensamento documentaria desde então sua contaminação com os limites e com as cisões das sociedades burguesas.

Assim, em “O Estado nacional e a política econômica”, Weber diagnostica uma dissociação entre os detentores do poder econômico na Alemanha na virada do século XIX e a sua vocação para a condução da política. A rispidez do seu discurso floresce da certeza de não encontrar interlocutores nem entre seus pares, nem nas demais camadas sociais. Não haveria indícios de que alguém conseguiria reunir as aptidões necessárias para fomentar o desenvolvimento econômico e, principalmente, assumir a missão perante a história de conformá-lo aos interesses de longo prazo da pátria alemã. Às voltas com os problemas decorrentes de sua decadência social, a camadas dos *Junker* não poderiam responder aos requisitos de uma política de potência que a Alemanha precisava desempenhar. Embora a classe dos trabalhadores reivindicasse de maneira legítima, já consciente de suas condições particulares de sobrevivência, o direito de representar os seus interesses, ela ainda não teria atingido o mínimo de maturação para assumir os postos de comando do Estado alemão, sendo constantemente assediada pelas inconvenientes concepções internacionalistas do socialismo moderno.

A situação da burguesia alemã seria ainda mais inquietante. Perante a unidade nacional forjada sem a sua participação ativa, ela se acomodaria a um papel secundário, alimentando veleidades de caráter apolítico. Em um contexto no qual apenas a expansão da grande indústria poderia garantir independência ao território alemão na acirrada disputa internacional que se anunciava, as camadas burguesas se mostravam inertes diante da urgente tarefa de superar os impasses da antiga ordem feudal, promover a modernização socioeconômica, a racionalização da política e ainda conter as ameaças de uma revolução socialista. Oscilando entre embriagar-se com as conquistas do passado e buscar avidamente a paz para o futuro, a burguesia se satisfazia em engrossar o coro pela revivência de um novo regime cesarista, ainda que a lenta e irresistível transformação na estrutura socioeconômica posterior à unificação do Estado prussiano não mais fosse condizente com essa forma de organização da política. Segundo Weber:

Em todas as épocas, atingir o poder econômico foi o que permitiu a uma classe conceber-se como candidata ao poder político. É perigoso

e incompatível a longo prazo com o interesse nacional que uma classe economicamente decadente mantenha em mãos a dominação política. Mais perigoso ainda, contudo, é quando classes para as quais se movimenta o poder econômico, e com isso a candidatura para a dominação política, ainda não estejam politicamente maduras para a condução do Estado. Ambos esses perigos ameaçam atualmente a Alemanha e nisso residem de fato a chave para os presentes perigos da nossa situação (Weber, 2003, p. 73).

Para Marcuse, as antinomias decorrentes desse contexto sociohistórico alemão seriam fruto de uma sociedade que deveria ser emancipada de suas restrições econômicas e de suas contradições sociais, mas que se mantém presa a elas para preservar a antagonica ordem social estabelecida e a condução da economia conforme o ritmo – ao mesmo tempo veloz e mal-intencionado – da produção de mercadorias.

Se para Weber o indecoroso bramido de sua classe pelo surgimento de um novo regime cesarista, que a preserve tanto das ameaças das camadas populares quanto das extravagâncias sociais e políticas das antigas dinastias alemãs, deve-se a sua jovialidade e à ausência de educação política, Marcuse interpreta esse clamor de maneira distinta. É a caducidade da burguesia e das sociedades modernas que direciona o poder político nesse caminho incerto e obscuro segundo o frankfurtiano.

Em vez de ultrapassar os seus limites internos, essa razão formalizada e o quadro técnico administrativo da burocracia moderna denunciam qualquer tipo de racionalidade histórica qualitativamente distinta. De acordo com Marcuse, a desconfiança e o ar debochado com os quais Weber julgava as experiências de transformação revolucionária do poder são tributários dessa acanhada compreensão do que é racional. Pensar a distribuição das riquezas materiais como uma libertação da economia – isto é, que a luta pela sobrevivência não mais controle a conduta dos sujeitos –, as disputas políticas como libertação da política, sobre a qual os indivíduos não têm a menor influência, e a autonomia intelectual como libertação do pensamento das amarras da manipulação das massas é inadmissível dentro do espectro da razão ocidental.

A esse respeito, tampouco a transformação radical das sociedades modernas seria suficiente para subtrair do aparelho burocrático a autoridade sobre o curso do mundo. De acordo com Marcuse, Weber concebe o socialismo a partir da ideia regressiva e questionável de que as conquistas do progresso tecnológico e da industrialização – quais sejam, a vitória da disciplina sobre a satisfação das necessidades, a da dominação racional das coisas sobre os homens e a eternização da luta dos homens entre si e pela sobrevivência – seriam as únicas imagens plausíveis do futuro. Toda possibilidade utópica permanece, assim, circunscrita ao restrito e enfadonho espectro do passado. Dessa maneira, o socialismo, que seria descrito por Weber como “o grande equívoco” da história mundial, só pôde ser pensando a partir dos mesmos paradigmas de racionalidade, de dominação e de organização da produção material de mercadorias vigentes nas sociedades capitalistas. A questão afasta-se de qualquer intelecção acerca das possibilidades de outra forma de relacionamento dos homens entre si e com a natureza, de uma nova e progressista configuração da vida social e, por fim, de uma concepção verdadeiramente harmônica e emancipada da própria humanidade.

Com estas palavras Max Weber cita uma tese do socialismo; ele não a contesta, mas acredita que também a sociedade socialista não mudará nada no fato básico da separação dos trabalhadores dos meios de produção, simplesmente porque ela é a forma do progresso técnico, da industrialização. Também o socialismo permanece subordinado à sua racionalidade se pretende por sua vez permanecer fiel a sua própria promessa da satisfação universal das necessidades e da pacificação da luta pela existência. O domínio das coisas sobre os homens pode ser despojado de sua irracionalidade, segundo Max Weber, unicamente no domínio racional dos homens sobre os homens. Portanto, inclusive para o socialismo a questão que se coloca é: “Quem deverá assumir e comandar essa nova economia?” (Marcuse, 1998, pp. 123-124).

Porém, essa forma de dominação social se desestabiliza não somente pela possibilidade de uma

revolução radical das sociedades modernas, mas principalmente porque há bem pouca calma no interior de sua própria racionalidade. A propalada fragilidade e imaturidade dos detentores do poder econômico na Alemanha não seriam distintas das inerentes ao poder político na modernidade tardia. Aquilo que Weber interpretava como uma languidez momentânea das classes e dos estamentos sociais alemães – sobretudo no que diz respeito à burguesia de sua época – é intrínseco ao modo de organização e de funcionamento da administração política burocrática. As tentações de recorrer a figuras personalistas de comando, de subverter a legalidade dos processos de escolha dos representantes eleitos ou de lançar mão de estratégias de manipulação publicitária são utilizadas para contornar debilidades originadas nos pressupostos materiais das sociedades modernas e que se aspergem coercitivamente pelo conjunto da vida social e política.

Nesse sentido, o vespeiro não estaria na suposta imaturidade social e política da burguesia alemã contemporânea a Weber – sua força motriz pulsa mesmo do coração da *ratio*. É a própria razão ocidental, atuando segundo seus preceitos mais estritos, que conduziria a política moderna a esse tipo de irracionalidade. O poder político nacional transforma-se em imperialismo no momento em que o capitalismo moderno aguça a luta competitiva entre forças e poderes sociais desiguais, tanto no plano interno como na concorrência entre os países.

Ademais, ao retirar da razão toda perspectiva de avaliação crítica sobre as formas de organização da sociedade, o abismo entre as reais exigências da administração política e as demandas oriundas de processos econômicos desenfreados se radicaliza. A formalidade dos procedimentos de dominação burocrática já não consegue realizar a sua missão e escancara-se a ausência de continuidade entre as esferas da economia e da política. Embora com certa hesitação em aplicar o conceito de carisma às sociedades capitalistas, Weber não teria deixado de perceber essa dissociação entre a moderna racionalidade econômica do capitalismo e essa forma de domínio social.

Em sua leitura da sociologia de Weber, Marcuse encontra uma espécie de dinâmica interna aos tipos ideais de dominação social, pois, ainda que a

dominação racional e burocrática se construa sobre fundamentos sólidos e duradouros, ela não se quer apenas permanente, mas sobretudo legítima. Seguidoras de uma espécie de “teodiceia da felicidade”, as camadas dominantes não se satisfazem em concentrar e em exercer o seu poder de mando – elas querem que sua posição de destaque apareça como justa e seja merecida. Se a institucionalização burocrática lhes garante uma vida longa e estável ao ampliar sua zona de ação e sua capacidade de impor seus ditames, a sua racionalidade caracteristicamente fria e formal não suscita reverência suficiente entre os dominados. Mesmo sob o risco constante de dissolução após um breve instante dado a natureza instável do tipo de dominação carismática, a adesão *irracional* a um demagogo moderno coroaria essa racionalidade da dominação de um tipo de veneração inatingível às instituições burocráticas.

Essa difusa dinâmica à qual os tipos weberianos de dominação burocrática e carismática estariam submetidos prenunciaria as regressões e os desvarios do tumultuoso movimento da esfera política no capitalismo tardio. Em certo sentido, ela acompanha a *ratio* que despercebidamente transforma-se no curso de seu desenvolvimento e subordina-se, por sua legalidade interna, à razão da dominação (*Idem*, p. 124). A retorcida imbricação entre a contingência da ascensão dos líderes carismáticos, a sufocante ubiquidade e a fria previsibilidade dos procedimentos das agências de dominação burocrática atestariam esse aspecto *sui generis* constituinte da razão ocidental.

Justamente na medida em que essa racionalidade formal não ultrapassa seu próprio nexos, tendo apenas seu próprio sistema como norma de cálculo e do agir calculadamente, ela é determinada “a partir do exterior”, por algo outro que não ela mesma – assim, conforme a própria definição de Max Weber, a razão se porta “material”. Pois não há nenhuma relação que não seja posta e, enquanto posta, seja dependente; no continuum da história em que se desenvolve todo o agir econômico, toda razão econômica sempre é a razão da dominação, que determina o agir econômico como histórico-social. O capitalismo “científico” mais matematizado per-

manece como dominação matematizada, tecnologizada sobre pessoas, e o socialismo mais científico, tecnológico é construção ou derrubada de dominação (*Idem*, p. 124).

Marcuse ressalta aquilo que se petrifica por meio desse esvaecimento. Caso seja legítimo imaginar uma transformação substancialmente racional da dominação burocrática, ela não deve se contaminar pelo magnetismo atávico de um líder carismático. Quando isso ocorre, é sinal de que a vida política não corresponde ao estágio no qual as sociedades humanas poderiam estar, mas se acomoda às vicissitudes de um mundo social que dá as costas para os homens e para a verdadeira razão. Menos do que indicar um período de mudanças profundas e revolucionárias, em que haja uma real criação de novos valores e a emergência de modelos emancipados de sociabilidade, se está diante de uma formação social que funciona a partir da profunda abstração de tudo o que seja humano ou histórico. A desumanidade e a negação da vida real são traços de normalidade de sua (ir)racionalidade corrente.

Mantendo-se sob esses estreitos limites, a esfera política repisa o agrilhoamento coetâneo da vida social. A reiteração da sequência de acontecimentos que meramente repõe os fundamentos econômicos, sociais e culturais da modernidade capitalista tolhe a fantasia que deveria reger as formas de organização das sociedades. As questões e as indecisões concernentes à tomada do poder pela burguesia ascendente, que no caso alemão exigia a modernização do Estado ainda pré-burguês, reaparecem nas sociedades industriais avançadas. Incapaz tanto de evitá-las quanto de levá-las às últimas consequências, a democracia nessas sociedades torna-se sinônimo de uma ditadura plebiscitária.

Em um tempo no qual as boas-novas não pas- sam da reiteração dos velhos valores e das antigas práticas sociais – quase um jogo de cartas marcadas –, o carisma reverte-se em uma espécie de reafirmação de interesses privados previamente consolidados e na tentativa de organizá-los a fim de que sua existência se propague indefinidamente. Simples instrumento incapaz de propor para si objetivos materialmente racionais, a administração burocrática desrespeita a expectativa de formalidade de seus

procedimentos e sucumbe ante a irracionalidade de um destino que assume sua dependência dos feitos e das particularidades de um líder carismático.

Entretanto, essa administração racional de massas e coisas não pode dispensar o ápice carismático irracional. Pois a administração, justamente na medida em que é efetivamente racional, tenderia à superação da dominação (administração de coisas); mas o aparelho administrativo sempre foi edificado no plano da dominação, sendo instituído com o objetivo de conservação e fortalecimento desta. Assim, à democratização exigida pela administração racional corresponde uma paralela limitação e manipulação da democratização. A dominação como privilégio de interesses particulares, por um lado, e autodeterminação como expressão de interesses gerais, por outro, precisam assim ser forçados à reunião. Essa solução forçada e simultaneamente formal-racional, isto é, tecnicamente eficiente, da contradição tem sua manifestação clássica na democracia plebiscitária, em que as massas periodicamente depõem seus líderes e lhes determinam a política – em condições preestabelecidas e bem controladas pelos líderes (*Idem*, pp. 127-128).

No âmbito das sociedades industriais avançadas, essa dinâmica interna aos conceitos weberianos viria eclodir como essa espécie de fechamento do universo político. Construindo barreiras às transformações qualitativas no seio da vida coletiva, a *ratio* avança até sobre as liberdades e direitos burgueses mais tradicionais. Se, em algum dia, a independência de pensamento, o direito de oposição política e a autonomia individual figuravam entre os projetos utópicos a serem concretizados pela modernidade capitalista, esses valores regrediram a uma imprensa que se autocensura, a uma democracia que restringe a escolha a partidos equivalentes e a inclinações subjetivas para se adaptar de maneira célere a uma vida mortificada, tornando a economia uma força mais irresistível e o mundo em uma monotonia infernal.

Diante do crescente padrão de vida e da afluência dessa nova ordem social, pareceria ser quase indiferente aos indivíduos que sua adesão a novos princípios e instituições fosse realizada em um sis-

tema autoritário, desde que suas necessidades fossem eficazmente atendidas.

É certo que essas demandas poderiam ser interpretadas como a manifestação de “falsas necessidades”. Embora nenhuma outra instância senão os próprios sujeitos possuiria autoridade para julgar a legitimidade de seus interesses, essa capacidade não deveria ser encarada de maneira abstrata, pois é diretamente dependente do grau de liberdade que se tem para se fazer escolhas. Enquanto o conteúdo e a função social de suas vontades e anseios forem impostos pela totalidade social, o desenvolvimento e a satisfação de tais necessidades seriam heterônomos. Ainda que haja forte identificação pessoal com essa mecânica de submissão, seus desejos continuam a ser produto de uma sociedade que exige repressão das pulsões dos indivíduos.

Isso porque, se na aurora da modernidade a livre iniciativa individual significava para a classe dos trabalhadores a liberdade de trabalhar ou morrer de fome, sociabilizando a grande maioria da população pelo medo e pela insegurança, as sociedades industriais avançadas, a seu modo, não deixam de ameaçar com restrições e carências. Conquanto o ascetismo intramundano tenha perdido suas justificativas econômicas, nem por isso as exigências de severidade e de austeridade no trato com seus desejos abandonaram os homens modernos. Principal responsável por inúmeras ameaças, a civilização ocidental malversa não apenas sua base material e sua capacidade tecnológica em favor da preservação da exploração capitalista do trabalho, mas também atrela as produções intelectuais e culturais e a própria formação subjetiva dos indivíduos à engrenagem de dominação socioeconômica, fazendo com que os esforços de subverter a sua ordem e sua servidão apareçam, em sua imediaticidade, como os maiores exemplos da mais pura irracionalidade.

Certamente também o capitalismo desenvolvido é construído sobre o “sacrifício”: a luta pela existência e a exploração da força de trabalho precisam continuar de modo sempre mais intenso se a acumulação ampliada deve permanecer possível; aqui a *planned obsolescence* (obsolescência planejada), a contrarrazão metódica se torna necessidade social. Esse já não é o modo

da burguesia como classe que desenvolve as forças produtivas – é muito mais o estigma da destruição produtiva nos termos da administração total. E o cálculo capitalista da rentabilidade e da eficiência matematizadas festeja seus maiores triunfos no cálculo assumido do ocaso, do risco da destruição de si próprio frente à destruição do inimigo (*Idem*, p. 118).

Considerações finais

Além de trazer à tona elementos que problematizam a suposta aproximação de Marcuse em relação à sociologia weberiana em seu período de maturidade intelectual, suas críticas à teoria social de Weber permitem também perscrutar transformações na esfera política que, segundo o frankfurtiano, caracterizariam a modernidade tardia. Embora a imbricação entre os procedimentos burocráticos de organização da política e a ascensão de lideranças carismáticas confluísse para a coesão interna dessas sociedades, bem como para amainar os antagonismos entre as classes sociais, as antinomias imanentes entre esses dois tipos de dominação social explicitam o caráter objetivamente contraditório dessa etapa do capitalismo e da civilização ocidental em seu decurso tardio.

Ademais, quando vistas mais de perto, as análises de Marcuse apontam não apenas a produção de determinados mecanismos de arrefecimento dos conflitos e antagonismos sociais, mas também o modo particular de funcionamento dessas sociedades. Este aprofundaria, em vez de mitigar, a distância entre o potencial histórico desenvolvido e as recompensas que ela disponibilizaria aos seus membros, podendo fomentar um amplo movimento de “Grande Recusa” ao existente. Conjuntamente à cisão entre o que é dado e o que seria possível, entre as necessidades satisfeitas e as necessidades não atendidas, haveria numerosos outros indivíduos e segmentos de desprivilegiados que, às margens da fluência que distinguiria o período, experimentaríamos condições de vida mais aviltantes do que as do início do capitalismo moderno.

À primeira vista, esses setores marginalizados seriam mais a expressão das tensões e dos novos an-

tagonismos imanentes ao sistema do que o presságio de uma nova vanguarda revolucionária (Giddens, 1998, p. 270). Cedo ou tarde, o desenvolvimento econômico e os recursos tecnológicos poderiam integrar esse contingente de párias, enquanto as forças policiais e os órgãos de repressão cuidariam das movimentações mais ameaçadoras. De certo modo, essas sociedades teriam plasticidade suficiente para inverter o sentido das lutas e dos embates sociais tradicionais, transformando o que anteriormente fora um fermento de mudanças e transformações históricas em um meio de coesão social.

No entanto, além de fornecer uma miríade de mercadorias supérfluas para uma população cujas necessidades vitais já estariam satisfeitas, essas sociedades não deixariam de produzir, de sua maneira, inúmeras e profundas novas desigualdades (Loureiro, 2005, p. 18). Atingindo preferencialmente os negros, as mulheres, os migrantes e outras minorias, a produção de tais desigualdades demonstraria que sua pretensa unidimensionalidade é, na verdade, uma simples aparência. A teoria crítica de Marcuse se abstém de uma formulação positiva dos modos e dos meios para a emancipação social que ultrapasse o abismo que separa o presente do futuro. O seu pensamento se restringe a perscrutar as formas objetivas e as disposições subjetivas que, apresentadas como um conjunto neutro de instrumentos, coagem os indivíduos a assumirem uma impostura que instrumentaliza seus desejos e neutraliza sua própria humanidade. Na esperança de que um dia a velha trava da história seja, de fato, removida, a sua função é somente dar o que seria o verdadeiro nome às coisas e chamar atenção para suas fissuras e inconsistências internas. O fato de que Marcuse, como um “barômetro histórico sensível” (Kellner, 1984, p. 274), tenha identificado o potencial de irrupção e efervescência social desses grupos marginalizados poucos anos antes da eclosão dos movimentos de contracultura do final dos anos de 1960 revela a integridade de sua agudeza crítica. Em *O homem unidimensional*:

Entretanto, debaixo da base popular conservadora está o substrato dos proscritos e marginalizados, os explorados e perseguidos de outras raças e outras cores, o empregado e o não-

-empregável. Eles existem fora do processo democrático; sua existência é a mais imediata e a mais real necessidade pelo fim das condições e instituições intoleráveis. Assim sua oposição é revolucionária ainda que sua consciência não seja. Sua oposição atinge o sistema de fora para dentro e, portanto, não é bloqueada pelo sistema; é uma força elementar que viola as regras do jogo e, ao fazer isso, revela-o como um jogo viciado. Quando ficam juntos e vão para as ruas, sem armas, sem proteção, de modo a pedir pelos mais primitivos direitos civis, eles sabem que têm enfrentar cães, pedras, bombas, cadeia, campos de concentração e mesmo a morte. Sua força está por trás de cada manifestação política pelas vítimas da lei e da ordem. O fato de eles começarem a recusar a jogar o jogo pode ser o fato que marca o começo do fim de um período (Marcuse, 2015, p. 240).

Notas

- 1 Para uma discussão mais aprofundada sobre essa relação de Adorno e Horkheimer e de outros aspectos suscitados por Marcuse com a sociologia weberiana, cito meu doutorado em sociologia (Vasconcellos, 2014).
- 2 Apresentado no XV Deutscher Soziologentag, em Heidelberg, no ano de 1964, em homenagem ao centenário do nascimento de Max Weber, o ensaio de Marcuse surge em um momento de importante inflexão na recepção europeia e estadunidense sobre a sociologia weberiana. Para uma discussão da importância histórica desse congresso e das polêmicas suscitadas pela apresentação de Marcuse, ver Mommsen (1989).
- 3 Para Carneiro, com esse conceito de sociedades industriais avançadas, Marcuse caracteriza tanto a estrutura social do capitalismo tardio quanto à soviética, durante o pós-guerra. Por meio dessa ampliação de escopo, Marcuse visava construir uma crítica capaz de também superar os limites de algumas correntes do marxismo de seu tempo (Carneiro, 2009, p. 3).
- 4 Weber assume a cátedra de economia política e finanças em 1884, após grande repercussão de sua pesquisa sobre a situação dos trabalhadores rurais no Império Alemão. Essa aula inaugural fora proferida em 1885 (Aldenhoff-Hübinger, 2012, p. 20).

BIBLIOGRAFIA

- ALDENHOFF-HÜBINGER, Rita. (2012), “Os cursos de Max Weber: economia política, política agrária e questão dos trabalhadores (1894-1900).” *Tempo Social*, 24 (1): 37-60.
- BENHABIB, Seyla. (1996), “A crítica da razão instrumental”, in S. Zizek (org.), *Um mapa da ideologia*, Rio de Janeiro, Contraponto.
- CARNEIRO, Silvio. (2009), *O discurso ontológico e a teoria crítica de Herbert Marcuse*. Dissertação de mestrado, São Paulo, FFLCH-USP.
- GANDESHA, Samir. (2004), “Marcuse, Habermas and the critique of technology”, in J. Abromeit e W. M. Cobb (orgs.), *Herbert Marcuse: a critical reader*, Londres, Routledge.
- GIDDENS, Anthony. (1998), “O guru improvável: relendo Marcuse”, in _____, *Política, sociologia e teoria social: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo*, São Paulo, Editora da Unesp.
- KELLNER, Douglas. (1984), *Herbert Marcuse and the crisis of marxism*. Londres, MacMillan.
- LOUREIRO, Isabel. (2005), “Herbert Marcuse: a relação entre teoria e prática”, in I. Loureiro e R. Musse (orgs.), *Capítulos do marxismo ocidental*, São Paulo, Editora da Unesp.
- MARCUSE, Herbert. (1998), “Industrialização e capitalismo na obra de Max Weber”, in _____, *Cultura e sociedade. Vol. 2*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- MARCUSE, Herbert. (2015), *O homem unidimensional*. São Paulo, Edipro.
- VASCONCELLOS, Caio. (2014), *A teoria crítica e Max Weber*. Tese de doutorado, São Paulo, FFLCH-USP.
- WEBER, Max. (2003), “O Estado nacional e a política econômica”, in G. Cohn (org.), *Weber: sociologia*, São Paulo, Ática.

**MARCUSE CRÍTICO DE WEBER:
A POLÍTICA NO CAPITALISMO
TARDIO**

Caio Eduardo Teixeira Vasconcellos

Palavras-chave: Sociologia alemã; Teoria Crítica; Max Weber; Herbert Marcuse; Racionalidade; Política.

O objetivo deste artigo é analisar aspectos da leitura de Herbert Marcuse da sociologia de Max Weber, privilegiando suas considerações sobre transformações na esfera política desencadeadas com o fim do período liberal do capitalismo. A partir de uma crítica imanente do pensamento weberiano, Marcuse correlaciona sua interpretação da imbricação entre a forma de dominação racional-burocrática e as lideranças de tipo carismático aos pressupostos materiais das sociedades modernas em seu decurso tardio. Mais do que um simples comentário sobre um clássico da sociologia, é possível reconstruir aspectos da teoria social do frankfurtiano por meio das críticas ao pensamento de Weber. Ademais, embora aponte para o predomínio de uma mesma racionalidade instrumental que se apodera de variados domínios da vida social, o diagnóstico marcuseano se afasta de uma compreensão unidimensional da “modernidade tardia”, ressaltando a atuação de suas contradições e seus antagonismos imanentes.

**MARCUSE AS A CRITIC OF
WEBER: POLITICS IN LATE
CAPITALISM**

Caio Eduardo Teixeira Vasconcellos

Keywords: German sociology; Critical theory; Max Weber; Herbert Marcuse; Rationality; Policy.

This paper aims to analyze Marcuse's reading of Max Weber's sociology, focusing on his remarks about the changes in the political sphere by the end of capitalism's liberal phase. From an immanent critique of Weberian thought, Marcuse correlates the overlap between the form of rational-bureaucratic domination and charismatic type of leadership to the objective bases of *advanced industrial societies*. More than just comment on a classic of sociology, it is possible to reconstruct aspects of his social theory through these criticisms of Weber's thought. In addition, if the same instrumental rationality colonizes various fields of social life, the marcusean diagnosis moves away from a one-dimensional understanding of late modernity, emphasizing the role of its contradictions and antagonisms.

**MARCUSE, CRITIQUE DE
WEBER: LA POLITIQUE DANS LE
CAPITALISME TARDIF**

Caio Eduardo Teixeira Vasconcellos

Mots-clés: Sociologie allemande; Théorie critique; Max Weber; Herbert Marcuse; Rationalité; Politique.

Le but de cet article est d'analyser des aspects de la lecture d'Herbert Marcuse de la sociologie de Max Weber, tout en privilégiant leurs considérations sur les transformations dans la sphère politique, qui ont eu lieu avec la fin de la période libérale du capitalisme. À partir d'une critique immanente de la pensée de Weber, Marcuse met en corrélation son interprétation du chevauchement entre la forme de domination rationnelle et bureaucratique et les dirigeants du genre charismatique dans les présupposés matériels des sociétés modernes dans leur déroulement tardif. Plus qu'un simple commentaire sur un classique de la sociologie, il est possible de reconstituer les aspects de la théorie sociale du francfortois par les critiques à la pensée de Weber. En outre, quoiqu'il indique la prédominance d'une rationalité instrumentale qui s'accapare de divers domaines de la vie sociale, le diagnostic marcusein s'éloigne d'une compréhension unidimensionnelle de la «modernité tardive», mettant l'accent sur la performance de ses contradictions et ses antagonismes imanents.